

57



actualidade filosofia arte e ciência literatura

N.º 1

MAIO 1957

ANO I

DIRECTOR: ANTÓNIO QUADROS

LEIA

A alegoria da caverna
AVELINO ABRANTES

O enigma dos painéis
AFONSO BOTELHO

Integração valorativa do homem
JOSÉ A. FERREIRA

Panorama arquitectónico português
FERNANDO MORGADO

Prognose da campanha eleitoral
ERNESTO PALMA

A dança e a sua evolução
ANTÓNIO QUADROS

A economia portuguesa perante a economia europeia
RUI CARVALHO DOS SANTOS

A actualidade científica de Goethe
FRANCISCO SOTTOMAYOR

O futuro do romance português
ANTÓNIO TELMO

O indivíduo e a pessoa
ORLANDO VITORINO

A crise do contrato
LUIS ZUZARTE

Quase irreal
NATÉRCIA FREIRE

Meridiano do Chiado
AZINHAL ABELHO

Outros artigos e notas sobre:

«Caminhos do cinema português», «80.000.000 de leitores», «Prémios literários», «A situação social do escritor português», «Teatros profissionais», «Teatros experimentais», «Teatros de amadores», «A temporada teatral ou o teatro brasileiro», «O romance e o cinema», «A estética de Cândido da Costa Pinto»

Actualidade cultural

«O centenário de Sampaio Bruno», «O jogo e o sagrado na arte moderna», «O barroco manuelino»

Recensões críticas

«A razão animada», «Nome de guerra», «Os avisos do destino», «A paleta e o mundo», «Discurso sobre Camões e Portugal»

E um desenho de Jorge Costa

MANIFESTO

Não se aperceberam ainda os espíritos distraídos, anacrónicos ou utópicos, de que a cultura portuguesa está a atravessar por uma transformação tão profunda que alguns dos seus mais brilhantes pilares ameaçam ruir diante da impaciência das novas gerações. Tem-se na verdade definido a nossa cultura, nas suas manifestações socialmente dominantes, como a expressão de correntes estrangeiras, a que os nossos professores, escritores e artistas aderem impensadamente limitando-se a sua liberdade espiritual perante elas, à ligeira correcção das suas sensibilidades individuais. A sensibilidade individual, mesmo talentosa, de um núcleo de professores, escritores e artistas não constitui efectivamente, a substância de uma autonomia cultural. Mesmo a existência de uma língua própria, quando é grande a pressão dos ambientes culturais alheios, tarda em garantir essa autonomia, porquanto as palavras aparecem então mais como nomenclaturas traduzidas do que como potências livres.

O escolástico, o materialista dialético, o positivista, o metafísico, equivalem-se entre si e equivalem-se todos ao lírico puro, no sentido de que, por igual, assinam um atestado de demissão. De que se demitem os intelectuais tomistas, neo-realistas, naturalistas, metafísicos ou líricos? Demitem-se e abdicam da sua liberdade de conceber, imaginar e agir, por uma cega adesão, seja a corpos doutrinários anacrónicos, isto é, gerados fora do nosso tempo; seja a concepções utópicas, isto é, que não tomam em consideração o factor específico que é o espaço e visam a espalhar os homens de todos os espaços segundo a rigidez sem cambiantes de uma mesma lei; seja ao retrato fotográfico de uma realidade imóvel, a uma natureza conhecida apenas através dos sentidos, sem que a penetre a visão superior do espírito; seja ao egoísmo narcisista da auto-contemplação de auto-piedade ou da auto-flagelação.

Por muito escandalosa que esta afirmação surja, chegou a altura de dizê-lo com todas as palavras e sem atenuantes: a cultura portuguesa vive a querer libertar-se do imobilismo paralizante dos professores, escritores e artistas que, demissionários, utilizam a língua portuguesa apenas para servir os fins anacrónicos e utópicos de escolas e políticas que nos são estranhas e os fins egoístas dos que encaram a cultura meramente como profissão da glória ou escape para complexos recalçados. A todas estas doenças adquiridas, que não congénitas, junta-se ainda o criticismo ingénuo dos juízes frustrados que transportam para a cultura as suas íntimas e falhadas ambições de poderio, arvorando-se em censores da actividade alheia, em nome de ideias vagas, de modas literárias e de relações pessoais de amizade, inveja ou ódio, mas raras vezes em nome de concepções ordenadas e válidas na linha de incidência do pensamento para a expressão. O criticismo da «Presença», participa na verdade, da mesma ingenuidade que caracteriza as correntes historicistas da Universidade, o positivismo católico dos escritores integralistas, o cooperativismo sem antropologia de António Sérgio, o lirismo emocional dos nossos imaturos poetas, o fotografismo inimaginativo dos nossos escritores realistas ou o materialismo apressado dos hegelianos que não leram Hegel e não amadureceram as suas teses. Sem estudos antropológicos e cosmológicos que garantam as teses propostas, estas não passam, com efeito, de ingénuas hipóteses, inevitavelmente condenadas à frustração. Frustradas são em Portugal todas estas correntes de sinal positivista, materialista, tomista ou criticista e não lograram até agora mover ou dinamizar a realidade portu-

PREÇO CINCO ESCUDOS

a
**ACTUALIDADE
CIENTÍFICA**
de
GOETHE

por
FRANCISCO SOTTOMAYOR

Os laboriosos estudos a que, desde os mais remotos tempos, se dedicaram os alquimistas, deram fundamento ao vasto mundo de fórmulas, reacções e produtos que hoje se conhece sob o nome de Química.

Perdura a acuidade da alquimia na opinião pública, até ao século XVII. E em 1661 que, com a publicação do livro «The Sceptical Chymist» do cientista inglês Robert Boyle, sofre ela os maiores ataques. A crítica à doutrina dos quatro elementos — terra, água, ar e fogo — que Boyle desenvolve através das páginas do seu livro, seguiu-se a introdução dos métodos quantitativos na investigação química, efectuada oitenta anos mais tarde por Joseph Black. A descoberta do oxigénio por Priestley motivou, finalmente, as pesquisas de Lavoisier sobre a composição da água e do ar e a consequente enunciação da lei da conservação da energia.

Ao admitir que para a Natureza, não haveria agente libertador, ao entender o agente como transmutador eficaz, Lavoisier, confundindo a espiral com o círculo, deu o golpe certo que produziu a separação entre o natural e o sobrenatural.

No tempo imediatamente posterior àquele em que se deu na química tão grande revolução, em que, ao lado dos tenazes investigadores químicos, se podiam ainda encontrar os pacientes pesquisadores alquimistas, na Alemanha, Goethe também se dedicou, e desde muito jovem, ao estudo dos fenómenos químicos e físicos.

As suas actividades e resultados não foram, na sua época, considerados e apreciados, como também não são hoje suficientemente conhecidos e estudados. E assim que o poeta alemão, na sua autobiografia intitulada «Poesia e Verdade», nos diz: «Há já mais de meio século que, tanto na minha pátria como fora dela, sou conhecido como poeta e como tal me têm; porém, que haja seguido com a maior atenção e silêncio, de um modo apaixonado e contínuo, a Natureza em seus fenómenos orgânicos e físicos, meditando sobre eles assiduamente e gravemente, já não é tão notório nem na devida conta se tem».

A poesia moderna é, pela maioria das pessoas, considerada hermética. Porém, devemos aqui perguntar com que legitimidade se faz tal afirmação. Hermetismo, só adquire o seu significado mais nobilitante quando relacionamos o seu étimo com Hermes, o Trimegisto. Só deste modo poderemos afirmar o hermetismo de Fernando Pessoa, a quem já se chamou o Goethe português. Escritor

(Continua na pág. 14)

guesa, apesar do prestígio que pode conferir superficial e episódicamente a algumas delas o situarem-se em formas de oposição política.

Não é possível servir o Espírito ou a Razão, sem partir das formas antro-cosmológicas em que o Espírito ou a Razão se particularizam, isto é, as pátrias. Não é possível servir Portugal sem conhecer Portugal. Não é possível servir o homem português sem conhecer o homem português.

Partindo dos princípios hoje aliás claramente refutados pela filosofia do concreto, de que o Espírito ou a Razão se realizariam universalmente contra as condições espaço-temporais, de que as pátrias mais não representariam do que fortuitos acontecimentos derivado de circunstâncias histórico-sociais e de que o homem seria idêntico a si próprio em todos os tempos e em todas as latitudes, as correntes que temos vindo a diagnosticar, transformam-se em mecanismos de opressão, por determinarem legislações explícitas ou implícitas sancionadas pela política ou circulando através de formas e relações sociais, que, desprezando o homem concreto, a vida concreta, os particularismos individuais, familiares, regionais e nacionais, são constantes fontes de sofrimento e permanentes geradoras de ódio.

Portugal guarda nos seus arcanos, no entanto, uma extraordinária potencialidade criadora, uma capacidade de viagem, descobrimento e invenção, da qual a nossa história dos acontecimentos, das ideias e dos símbolos, dá explícitos sinais e claras notícias. Sinais e notícias que as mentalidades abstraccionantes e internacionalistas, não só não querem reconhecer, como se empenham consciente e persistentemente em diminuir e em encobrir, quer rodeando-os do muro do silêncio, quer dando-lhes artificiosas explicações sociológicas que não resistem à prova da razão, mas convencem pela sua veemência os alunos e os leitores incautos, preguiçosos ou obedientes que frequentam as Faculdades e lêem os livros onde a história de um povo não obedeceria em finalismo, a um destino e a uma missão, mas meramente a uma cadeia de eventos fortuitos dominados pelo acaso, provocado pela luta das classes ou dependentes das flutuações do comércio e da indústria.

Assim se interpreta a fundação da nacionalidade como o resultado de intrigas palacianas; assim se considera o Infante D. Henrique como o gerente de uma sociedade comercial, de especiarias... ou de almas; assim se vê nos descobridores de metade do globo terrestre o análogo dos caixeiros viajantes; assim o rei mais sábio, criador e espiritual da nossa história, D. Manuel, ganhou o ápodo de Venturoso, degenerando o significado da palavra para o de «favorecido pela sorte»; assim todos os momentos em que a autonomia deste pequeno país resistiu enigmáticamente às pressões dos grandes povos, foram compreendidos como a resultante, não de uma

MANIFESTO DE 57

necessidade, não de um destino que estava ainda por cumprir, como o afirmaram os nossos primeiros poetas épicos, Luís de Camões, Guerra Junqueiro, Teixeira de Pascoais e Fernando Pessoa, mas de interesses internacionais em causa de que, por acaso da história política europeia, saímos beneficiados.

Ou teríamos realmente sido beneficiados com esse favor da sorte? Sente-se a pergunta em suspenso, ao ler Oliveira Martins ou António Sérgio. Quando se aceita que uma nação não goza de autonomia filosófica, artística e cultural, quando se dissocia a política da arte e a arte dos acontecimentos, quando as causas materiais, que são universais, sobrelevam as causas espirituais, que são de expressão concreta e portanto nacionais — então a autonomia política isto é, a independência, passa a ser capricho de governantes que ambicionam o poderio temporal ou teimosia de passadistas, anacrónicamente presos a hábitos mentais e a lembranças, atavismos, nostalgias. Aceitar como superiores as formas políticas, artísticas e culturais estrangeiras é esvasear de todo o seu conteúdo espiritual a carta de nacionalidade.

Ora a invalidez de todas estas teses positivistas, materialistas, abstractas na expressão de uma filosofia atea ou religiosa foi já explicitamente demonstrada em qualquer dos campos em que o problema se coloque. Temos ainda em Portugal muitos escritores que as seguem, é certo: o melhor que podemos dizer deles é que, sendo sinceros, não tomaram ainda consciência dessa refutação, quando a não encobrem nos seus escritos apologeticos. Duas grandes correntes concorrem em Portugal para dissolver esses edifícios grandiosos que outra função já não tinham efectivamente, senão a de nos perturbar a visão: o existencialismo por um lado; a filosofia portuguesa por outro lado.

Demonstrando a insubsistência do positivismo e a insuficiência da metafísica idealista, reduzindo o objecto do conhecimento, das abstractas essências e dos incaracterísticos Homem, Natureza ou Deus metafísicos, à situação concreta dada e específica, ao englobante, à espaço-temporalidade, o existencialismo, mórmente o que não se comprometeu politicamente em dialéticas parlamentares de esquerda e direita, deu conteúdo filosófico à ideia da pátria. E, caso curioso e que oferecemos à meditação dos velhos defensores de uma filosofia metafísica encarada meramente como reflexão sobre a ciência, foram sobretudo dois filósofos que vieram da ciência, A. N. Whitehead da matemática e Karl Jaspers da psiquiatria, que mais sistematicamente interpretaram a relação dos homens entre si e dos homens com o cosmos, como necessariamente radicada a sistemas culturais autónomos e específicos.

A filosofia portuguesa surge desde logo em Sampaio Bruno, que pode ser considerado o seu fundador, apesar da existência de alguns predecessores notáveis, como uma meditação sobre os

acontecimentos portugueses, evocados e narrados no seu movimento segundo os três planos possíveis que os interpretam: o antropológico, o cosmológico e o teológico.

A influência de Bruno foi tão grande, que dele partem todas as grandes correntes de ideias a que se prende a originalidade, não só da nossa filosofia, como da nossa arte e da nossa literatura. Sem mencionar o seu papel de primeiro, mais avisado e mais profundo doutrinador da ideia republicana, Bruno teve como discípulos confessos, Junqueiro, Pascoais e Pessoa, todos ligados ao movimento da Renascença Portuguesa e da Águia. Teve ainda como discípulo Leonardo Coimbra e dele parte o espírito que presidiu à doutrinação da Faculdade de Letras do Porto, onde se firmaram as figuras mais representativas da filosofia portuguesa moderna: Alvaro Ribeiro e José Marinho.

Fenómeno característico da cultura contemporânea, inevitável quando o positivismo é desacreditado e o idealismo é refutado, é a ascensão do escritor, dentro em breve do artista, talvez próximamente do homem comum a um nível de responsabilidade filosófica.

Criar formas artísticas principiou de novo a ser, depois da última guerra, algo de profundamente radicado em interrogações antropológicas, cosmológicas ou teológicas, de acordo com as filosofias nacionais das pátrias dos artistas da palavra ou do símbolo. O escritor passou a sentir-se responsável pelo destino do homem no mundo. Sartre, Camus, Simone de Beauvoir, Gabriel Marcel começaram a escrever os seus romances e os seus dramas como se a criação literária fosse um acto de conhecimento e um acto de transformação da realidade, dentro da orgânica espiritual da cultura francesa. O mesmo podemos dizer para Herman Hesse ou Ernst Jünger em relação à cultura alemã, ou para Priestley e Graham Greene em relação à cultura inglesa. No capítulo das artes plásticas, a única interpretação válida da arte abstracta e em especial da arte não figurativa, é que ela apresenta a liquidação do idealismo que fora iniciado pelos platonistas florentinos, Masaccio ou Uccello, ao mesmo tempo de que o movimento final da reacção anti-realista, que é o mesmo que dizer anti-positivista. A arte abstracta é o fim, e o ponto final de um ciclo. Vai-se virar a página. Abre-se agora aos artistas o caminho da única arte responsável, a arte simbólica, que os surrealistas não souberam explorar, presos ao exclusivo psicologismo freudiano, pouco inclinados a preferir as mais largas e profundas teorias de C. G. Jung.

E assim chegamos a 57. Desiludidos e impacientes, mas esperançosos na mensagem nova que o meio século nos trouxe. Aqui começa um outro ciclo da cultura portuguesa. Nós somos solidários desses milhares de jovens indiferentes à cultura, que encham os estádios, os cinemas e os cafés. Nós somos solidários

dos que viraram as costas a esses brilhantes aparatos racionais e abstractos, os sistemas metafísicos; que viraram as costas às grandes promessas utópicas, brilhantes na sua argumentação falaciosa e desligada das condições humanas e naturais, quando não trans-naturais da realidade; que viraram as costas ao fogo de artifício lírico; que viraram as costas a todos os dogmatismos, contrários à simples prova de reflexão individual e buscando coartá-la na sua liberdade interior; que viraram as costas a todas as formas da mentira, mesmo quando esta se reveste das aliantes da beleza ou do bem comum.

Sedentos de restituir à vida humana a sua responsabilidade transcendente e ao mesmo tempo solidários dos que não pactuaram com a cultura incultural, separada por que precisamente incultural, de um movimento dinamizador para um futuro iluminado pelo espírito, para a Índia Nova em que Fernando Pessoa simbolizou a epopeia portuguesa, nós defendemos e queremos o progresso de Portugal em todos os caminhos desde a prosperidade material e da dignificação social até à invenção filosófica, artística e cultural. Mas divergimos de todos e combatemos todos quantos, quaisquer que sejam os seus credos políticos ou religiosos, pretendem chegar aos mesmos fins através de meios que, não se adequando à especificidade do espírito, da alma e do corpo da pátria portuguesa, mais não poderão provocar senão a dor, o mal estar, a angústia, a divisão e, principalmente, a estagnação, pela luta aniquilante de forças contrárias que se anulam mutuamente, conforme se tem verificado trágicamente na Europa dos últimos cinquenta anos.

Publicação independente, «57» é principalmente escrito e colaborado por novos. A colaboração inédita deste primeiro número que hoje damos a público é, toda ela assinada, seja por escritores da geração de 50, seja, em maioria, por escritores mais jovens ainda, desconhecidos do nosso público cultural. Público que não deixará de se surpreender pela maturidade e segurança dos conceitos expendidos e, sobretudo, pelos critérios que defendem, estruturalmente diversos dos critérios correntes e incaracterísticos que reinam em quase todas as nossas publicações culturais. Trata-se, na verdade, de um autêntico «movimento» e dele podemos esperar, graças sobretudo ao interesse, ao entusiasmo, à fome de conhecimento válido, de acção legítima e de afirmação dinâmica dos jovens, uma profunda renovação dos conceitos e das hierarquias que campeiam abusivamente na terra portuguesa.

57 é o ano do centenário de Sampaio Bruno. 57 é o ano em que se publica «A razão animada». 57 é pois um ano de graça para a cultura portuguesa.

O futuro responderá por este número de iniciação e de esperança.

57

Folia Independente de cultura
N.º 1 MAIO 1957
PREÇO 5500
REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO
Rua Sá da Bandeira, 10
Tel. 68 12 32 LISBOA

REDACTORES

Avelino Abrantes Rui Carvalho dos Santos
Afonso Botelho Francisco Sottomayor
José Antunes Ferreira António Telmo
Fernando Morgado Orlando Vitorino
Ernesto Palma Luís Zuzarte
António Quadros

Acumulam outras funções:
António Quadros, director
Arg. Fernando Morgado,
orientador artístico
Afonso Botelho, editor
Rui Carvalho dos Santos,
administrador
Carlos Silva, Secretário

«57» é composto e impresso nas
Oficinas Gráficas Manuel A.
Pacheco, Lda., de Lima, Victor
e Lima, R. João Saraiva, 12-A
(Alvalade) — Tel. 76 01 18/9 —
Lisboa.

A sua distribuição é feita pela
Livreria Bertrand.